

de prestadores e das ONG's) quer para a melhoria das perspectivas de emprego dos prestadores (incluindo, neste caso, os temas da organização de trabalho, das medidas de emprego e de mercado de trabalho, das tecnologias ao serviço dos prestadores empregados e da reorientação dos serviços colectivos).

Dentre os trabalhos apresentados salientaria um estudo promovido pela OIT — interessada em encorajar a assinatura pelos Estados membros de dois instrumentos importantes sobre esta matéria (vd. Convenção 156 e Recomendação 165) — e realizado em seis países (Austrália, Canadá, França, Japão, Suécia e Estados Unidos) que conclui que, apesar do desejo generalizado de evitar a institucionalização dos idosos e permitir que estes permaneçam o maior tempo possível nas suas casas, os governos mostram-se muito reticentes em assegurar os serviços de cuidados a domicílio aos idosos com receio de se substituírem aos serviços familiares existentes e de gerarem no público expectativas a que não podem responder por razões financeiras. O estudo é, contudo, muito elucidativo quanto ao elevado encargo que representa para os trabalhadores cuidar dos próprios familiares, especialmente para as mulheres que são muitas vezes obrigadas por esse motivo a reduzir o seu tempo de trabalho, a antecipar a sua reforma ou a renunciar ao exercício de uma actividade remunerada. Uma das conclusões principais do estudo é a de que o agravamento crescente da situação dos idosos carentes de cuidados e dos trabalhadores que prestam cuidados acabará por chamar tanto a atenção da opinião pública como no passado o problema da guarda das crianças e, então, as autoridades serão forçadas a intervir.

O relato de algumas experiências, em vários países, mostrou ainda que algo se pode fazer a favor daqueles que combinam trabalho e prestação de cuidados. Por

exemplo, no domínio da organização do trabalho, é possível estabelecer convenções colectivas para facilitar essa combinação, flexibilizar e individualizar os horários de trabalho para melhorar a autonomia dos prestadores de cuidados, ou contabilizar o trabalho a longo tempo por forma a permitir ao trabalhador que presta cuidados gozar de períodos de licença para esse efeito sem perda de remuneração. ■

Pedro Hespanha

XIV Congresso da Associação Internacional de Literatura Comparada

O XIV Congresso da Associação Internacional de Literatura Comparada realizou-se em Agosto do ano passado na Universidade de Alberta, em Edmonton, Canadá. Quase meio ano mais tarde, não se justificaria falar do acontecimento, a que, aliás, a imprensa portuguesa deu, com razão, algum destaque na altura. À prestigiada organização presidida, com muito êxito, durante os últimos três anos, a conhecida professora da Universidade de Lisboa, Maria Alzira Seixo. Com o empenhamento e dinamismo que todos lhe conhecem, Maria Alzira Seixo conseguiu, nesses três anos, triplicar o número de Associados da AILC por esse mundo fora, incluindo, claro está, o nosso país. No Congresso de Edmonton, Portugal esteve muito bem representado, não só em quantidade, mas também, passe a imodéstia patriótica, em qualidade — ou não tivesse sido José Saramago o seu convidado de honra. Na entrega de testemunho de Maria Alzira Seixo ao novo presidente da AILC, o americano Gerald Gillespie, os comparatistas portu-

gueses presentes puderam bem avaliar, com satisfação e orgulho, o apreço e o carinho de todos pelo seu desempenho em lugar de tamanha relevância internacional. Para mais, nos equilíbrios de poderes e influências de ocidentais e orientais, nortes e suís, a que a literatura e a ciência literária de modo algum escapam, o facto de a especialista portuguesa Maria Alzira Seixo ser, a partir de agora, presidente honorária da AILC não é de somenos importância para este nosso Portugal, a escorregar cada vez mais da Europa.

Se à *Revista Crítica de Ciências Sociais* parece ainda pertinente dedicar algum espaço a este Congresso, é porque os temas e os problemas nele abordados são de grande actualidade e, mais do que isso, têm afinidades várias com algumas das preocupações interdisciplinares centrais a muita da pesquisa que se vem desenvolvendo no Centro de Estudos Sociais, em especial no âmbito do Núcleo de Estudos Culturais Comparados. Com efeito, o tema geral do Congresso foi «Literatura e Diversidade: Línguas, Culturas, Sociedades,» e qualquer exame perfunctório do programa geral resulta na conclusão de que a literatura, enquanto expressão ou área do saber, é de facto uma «ciência social.» Se a definição dos objectivos do Congresso aponta explicitamente nesse sentido — uma vez que, em prol da «problematização do fenómeno literário» em diferentes contextos, «o tema (...) do Congresso encoraja a aplicação de métodos contemporâneos de investigação literária muito diversificados, bem como a utilização de diferentes perspectivas interdisciplinares e multidisciplinares» — a sua organização temática e os vários títulos propostos (desde as conferências plenárias, a cargo de nomes grandes da comparatística internacional, à mais despretensiosa das mesas-redondas) pressupõem uma concepção de literatura que já pouco tem a ver com as textualidades (ou

mesmo as intertextualidades) autotéticas que os vários formalismos do século XX foram consagrando. De um modo geral, no Congresso falou-se menos de literariedade do que de multiculturalismo; discutiu-se mais o nacionalismo literário do que a universalidade da poesia; e reconheceu-se sem pejo a realidade tumultuosa da diversidade teórica e metodológica na articulação clara entre a literatura e outras formas de expressão tão individual e artística quanto social e política.

Se quiséssemos isolar um conceito-chave do Congresso, tanto na sua programação geral como nas variadíssimas comunicações propostas, esse seria decerto o conceito de identidade. O Congresso, que se organizou à volta de seis secções com diversas sessões de trabalho cada, subordinou mesmo uma delas ao título de «Literatura e Identidade.» Se, no âmbito desta secção, o debate se situou algumas vezes nas fronteiras específicas daquilo a que poderíamos chamar «identidades poéticas» (abordando questões de período, género, modo, estilo, discurso, figura ou imagem), as mais das vezes a discussão tinha a ver com tentativas de definição das identidades em função da nacionalidade, da região, da história ou da geografia, da classe, da etnia, da raça ou do sexo. De tal modo que a matéria coberta pela secção dedicada à «identidade literária» acabou por não se distinguir muito da tratada pelas restantes secções, ostensivamente mais vocacionadas para abordar os estudos literários comparados de pontos de vista decididamente interdisciplinares, e com referência óbvia a quadros supostamente trans-literários, ou «políticos» (por exemplo, o Norte e o Sul; o Ocidente e o Oriente).

A dialéctica do Ocidente e do Oriente foi, de resto, o grande tema que deu forma ao Congresso. Muitas das comunicações preocuparam-se com a questão do imperia-

lismo cultural, em particular com a hegemonia teórica do Ocidente que, bem ou mal, continua a prevalecer. Mas tem de se reconhecer o esforço feito pelas mais recentes direcções da AILC para uma grande abertura à multiplicidade de perspectivas a que convidam as novas concepções globais das correlações de força no mundo contemporâneo. O Congresso anterior realizara-se em Tóquio em 1991; o que em 1994 teve lugar em Edmonton capitalizou nessa experiência a Oriente, ao acolher entre os seus participantes um número sem precedentes de comparatistas do Japão, da China, da Coreia e da Índia. Os contributos interessantes que trouxeram estes especialistas (que tiveram o mérito de explicitar, numa das mais animadas sessões de trabalho, a preocupação latente da AILC sobre o que «pode a literatura comparada fazer com o não-Ocidente, ou vice-versa») são sobretudo valiosos pelo exercício de aguda consciência crítica a que convidam os novos caminhos da comparatística literária. Uma coisa é haver, por exemplo, comparatistas japoneses a estudar literatura francesa, ou especialistas americanos a estudar literatura chinesa; outra é entender a pesquisa literária de comparatistas coreanos nos seus próprios termos; outra ainda é aproveitar os resultados teóricos da pesquisa literária oriental para o entendimento das literaturas europeias.

Mas é ao contrário deste último procedimento que estamos habituados e é ele que continua a perdurar, bem ou mal, a Ocidente ou a Oriente. Uma das comunicações que a mim, pessoalmente, mais me

interessou foi a análise que um colega coreano fez da poesia coreana tradicional com base na filosofia ocidental e na poética do modernista americano Wallace Stevens. Para o diálogo equilibrado de culturas não seria a altura de propor o oposto? Não tenho dúvidas de que esse seria um processo certamente estimulante e educativo, pelo menos numa primeira fase de entusiasmo multicultural. Porém, a seriedade do trabalho implicaria necessariamente o conhecimento da língua e cultura chinesas nas suas variantes mais importantes. A não ser assim, cairíamos numa falácia mais abissal ainda do que aquela que nos últimos anos tem arrastado alguns de nós com tanta frequência, e que é ler a nossa literatura em função de teorias concebidas a partir de literaturas escritas em línguas que desconhecemos e insertas em culturas a que, por isso, não temos acesso directo. Nestas condições, convir-se-á, o debate científico sobre identidades é particularmente delicado e arriscado. Seria talvez por isso que alguns comparatistas ilustres da ICLA se preocuparam, numa sessão deste Congresso de Edmonton, intitulada «Beyond Diversity,» com a necessidade de «superar a diversidade.» Porém, apesar da relativa representatividade multi-étnica e multinacional dessa sessão, dos resultados finais do Congresso uma dúvida persiste: a que novo centro identitário hegemónico conduzirá essa superação, obviamente a orientar-se cada mais uma vez para o velho princípio ocidental da neutralidade transcendente e universal do fenómeno literário? ■

Maria Irene Ramalho de Sousa Santos